



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA PAULA DINIZ GOMES

ALFABETIZAÇÃO E BNCC: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

ANA PAULA DINIZ GOMES

ALFABETIZAÇÃO E BNCC: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Mestrando. Diêgo de Lima Santos Silva

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633a Gomes, Ana Paula Diniz.
Alfabetização e BNCC [manuscrito] : desafios para a
prática docente / Ana Paula Diniz Gomes. - 2022.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Diêgo de Lima Santos Silva ,
Departamento de Educação - CEDUC."

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Base Nacional Comum
Curricular - BNCC. I. Título

21. ed. CDD 372.6

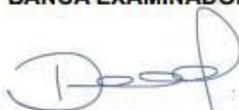
ANA PAULA DINIZ GOMES

ALFABETIZAÇÃO E BNCC: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE

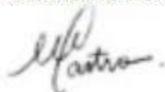
Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 09/12/2022.

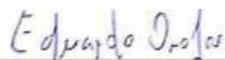
BANCA EXAMINADORA



Prof. Mestrando. Diêgo de Lima Santos Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Paula de Almeida Castro (1º Membro examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (2º Membro examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico,

A minha mãe, minha fonte de inspiração,
pelo apoio incondicional e a meu Deus pelo
discernimento e coragem. E a minha
coragem de tentar e nunca desistir.

“O saber a gente aprende com os mestres
e os livros. A sabedoria se aprende é com
a vida e com os humildes”

Cora Carolina

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	8
3 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.....	10
3.1 O surgimento da educação e os primeiros processos de alfabetização ..	11
3.2 A Alfabetização e seus marcos legais	14
4 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	16
4.1 Psicogênese da Língua Escrita	17
4.2 Alfabetização e Letramento: desafios e possibilidades	20
4.3 BNCC e a Alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	27

ALFABETIZAÇÃO E BNCC: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE

Ana Paula Diniz Gomes*

RESUMO

Na atualidade muito tem se discutido sobre questões relacionadas a alfabetização e o letramento nas séries iniciais da escolarização de crianças, sua importância se dá, devido ser a alfabetização a porta de entrada das crianças ao mundo da leitura e escrita. Desse modo, a presente pesquisa objetiva discutir a alfabetização a partir da BNCC, trazendo uma discussão sobre o surgimento dos primeiros processos de alfabetização iniciados no Brasil pelos Jesuítas, além de apresentar alguns documentos que reconhecem a educação como direito. A metodologia aplicada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, cujo propósito foi aprofundar nossa investigação na área da alfabetização e letramento tomando como norte as contribuições de diversas obras. Para fundamentar nossa base teórica dialogamos com os seguintes autores: Magda Soares (2006), (2008), Emília Ferreiro (1985), (2004), Ana Teberosky (2003), Mortatti (2019) dentre outros que discutem a temática supracitada. O estudo revelou que a propósito é possível a concretização da alfabetização nas séries iniciais, porém, na prática docente foi possível verificar a existência de diversos fatores que podem propiciar atraso no desenvolvimento da escrita e leitura.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. BNCC. Desafios.

ABSTRACT

Currently, much has been discussed about issues related to literacy and literacy in the initial series of children's schooling, its importance is given, because literacy is the gateway for children to the world of reading and writing. Thus, this research aims to discuss literacy from the BNCC, bringing a discussion about the emergence of the first literacy processes initiated in Brazil by the Jesuits, in addition to presenting some documents that recognize education as a right. The methodology applied in the work was bibliographical research, whose purpose was to deepen our investigation in the area of literacy and literacy, taking as a guide the contributions of several works. To substantiate our theoretical basis, we dialogued with the following authors: Magda Soares (2006), (2008), Emília Ferreiro (1985), (2004), Ana Teberosky (2003), Mortatti (2019) among others that discuss the aforementioned theme. The study revealed that, by the way, it is possible to achieve literacy in the initial grades, however, in teaching practice it was possible to verify the existence of several factors that can propitiate delay in the development of writing and reading.

Keywords: Alphabetization. Literacy. BNCC. challenges

* Graduanda do curso de pedagogia na UEPB- campus I @ana.paula.gomes@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que hora se apresenta discute sobre o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais do Ensino Fundamental, tidos como processos intrínseco e essenciais na vida escolar e social de todos sujeitos. Considerando que as habilidades de leitura e escrita não é tarefa fácil, que demanda tempo e esforço tanto por parte do educando como do alfabetizador, podemos analisar que no cenário atual, existem políticas públicas, que determina metas para que as crianças sejam alfabetizadas, em no máximo, até o 2º ano do Ensino Fundamental, porém verificamos que essa meta não é cumprida de maneira igual para todos, muito pelo contrário, tem crianças que chegam as séries iniciais sem estarem alfabetizadas.

Partindo desse pressuposto, nosso estudo, de caráter exploratório, tem por objetivo geral realizar um estudo teórico pautado nas proposituras da Base Nacional Comum Curricular-BNCC com ênfase no que o documento traz sobre a questão da alfabetização até o segundo ano do Ensino Fundamental I, seguidos dos seguintes objetivos específicos: averiguar quais os desafios encontrados em sala de aula que ocasiona o atraso da alfabetização nas séries iniciais; discutir sobre o percursos da alfabetização no Brasil e seus marcos legais.

Ao abordar sobre a temática da alfabetização, precisamos ter conhecimento que se trata de um processo constante e que ocorre em dois momentos, sendo um a base para que o outro se efetive completamente. Em primeiro lugar, trata-se da alfabetização oportunizada pela família e na educação Infantil da qual a aprendizagem vai se dar de forma mais espontânea, e ali a criança vai ter o primeiro contato com livros, revistas. O segundo momento, ocorre dentro do Ensino Fundamental, sendo a alfabetização sistematizada com a utilização de metodologias.

Posto isso, espera-se que ao ingressar no Ensino Fundamental, toda a criança consiga ter domínio e clareza dos processos de leitura e de escrita, não esperando que ela saiba apenas decodificar ou codificar as palavras, mais reconhecendo e utilizando o código escrito e falado nos diferentes meios sociais em que vivem.

Para atingir nosso objetivo, buscamos encontrar respostas validas sobre a proposta elencada, consultamos documento, livros, artigos e trabalhos científicos que abordassem acerca da temática. Para fundamentar as discussões sobre o tema, utilizamos como embasamento teórico as seguintes obras: Psicogênese da língua escrita (FERREIRO, TEBEROSKY, 1991); Letramento e Alfabetização: as muitas facetas (SOARES, 2004); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); Letramento: um tema de três gêneros (SOARES, 2006), entre outros.

O interesse pela temática surgiu através das vivências oportunizadas pelo estágio supervisionado realizados em escolas públicas onde despertou-se a curiosidade de pesquisar e discutir sobre a alfabetização nos anos iniciais, buscando apontar as dificuldades que são encontradas no espaço escolar enfrentadas pelos docentes e discentes, visto que, a aprendizagem só é efetiva quando trabalhada em conjunto com envolvimento da família e escola nesse processo, não sendo o educador o único responsável em alfabetizar.

Dessa forma, a presente pesquisa que gerou esse TCC, se apresenta importante devido as abrangências do tema e necessidade de se explorar sobre os desafios de se alfabetizar na idade estabelecida pelos documentos oficiais, que acabam aniquilando as particularidades de cada criança, enquanto sujeitos diversos e únicos.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de revisão bibliográfica na qual buscou fazer uma análise dos escritos de autores que abordam sobre alfabetização, além de documentos que tratam da temática supracitada. Entende-se por pesquisa bibliográfica a primeira etapa para se iniciar um trabalho acadêmico ou científico, na qual se busca realizar o levantamento de informações e dados produzidas por outros autores, servindo de base para a construção de um trabalho investigativo. Marconi; Lakatos (2019) assim explica a pesquisa bibliográfica:

[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.183)

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), tem como base material já elaborado, ou seja, a construção de ideia é realizada com referências em algo que já foi disponibilizado geralmente em formato de texto disponível em artigo acadêmico, resenhas, resumos, jornais, materiais virtuais, etc. Com a pesquisa bibliográfica, o pesquisador tem acesso às contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão.

De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

Registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Com a pesquisa bibliográfica o pesquisador tem acesso a um vasto aprofundamento teórico. As obras publicadas possibilitam ao investigador conhecer e analisar melhor o tema que se deseja revisar. Por meio da bibliográfica o explorador realiza o levantamento de informações que sejam essenciais, e que contribuam para o desenvolvimento de sua análise, além disso, o autor necessita consultar produções científicas fazendo uso de obras elaboradas que o ajude a conhecer o assunto que deseja abordar. Fonseca (2002), pontifica que a pesquisa bibliográfica é produzida:

[...] A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas como o objetivo de recolher informações ou conhecimento prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Macedo (1994), a pesquisa bibliográfica, trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de estudo científico, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação. O ensaio bibliográfico é frequentemente presente em trabalhos acadêmicos, ou seja, é uma etapa indispensável em um trabalho científico, graças a seu vasto conjunto de informações elaboradas, permitindo ao escritor apresentar novas conclusões. Nesta fase do trabalho acadêmico a investigação é essencial para que o perquiridor aprimore o

conhecimento e consiga trazer novas atualizações sobre o tema problema da pesquisa que se pretende realizar, mediante a revisão de obras publicadas. É de total importância que o escritor se aproprie da leitura dos escritos elaborados, a fim de, analisar, refletir de forma aprofundada sobre o problema a ser estudado.

Boccatto (2006), assim diz sobre pesquisa bibliográfica:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Como todo trabalho, a pesquisa bibliográfica precisa ser planejada, contar com sistematização das ideias que se objetiva alcançar. Cada etapa deve ser bem analisada, desta maneira, observa-se necessidade de se fazer um estudo bem detalhado sobre o tema para que se tenham recursos e argumentos para a realização deste projeto, bem como base, para estudos posteriores sobre temas correlacionados. Desse modo ver se a importância de ser fazer o levantamento de obras confiáveis. No desenvolvimento do trabalho científico, a leitura e dedicação é peça fundamental para que se consiga executar uma revisão com qualidade e veracidade de fatos contendo conhecimentos relevantes.

Além do baixo custo, a exploração bibliográfica oferece muitas obras onde o assunto é abordado por diferentes autores, então o levantamento do tema servirá de embasamento para se construir ou reformular hipóteses atualizadas sobre determinado problema. O pesquisador tem um amplo conjunto de contribuições que o ajudará a apresentar novas soluções, possibilidades ou evoluções da problemática em estudo, se baseando em diferentes pensamentos, Severino (2007) conclui que a observação bibliográfica se utiliza dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros autores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem consultados, dessa forma o investigador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Para a construção deste trabalho foram realizadas três etapas, sendo a primeira: A escolha da temática, a mesma foi elaborada buscando analisar sobre a possibilidade de se alcançar a alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental, tomando como referências as metas estabelecidas pela BNCC. Em seguida, após definido o tema, iniciamos a leitura de materiais e artigos escolhidos, os quais abordavam o tema que almejava estudar.

Por conseguinte, foi feita uma explanação sobre o percurso da alfabetização no Brasil para compreender como se deu esse processo, em seguida apontaremos sobre os marcos legais da alfabetização. No tópico três será exposto o processo de alfabetização, dissertando sobre a Psicogênese da língua escrita, destacando os desafios e aplicabilidade da Alfabetização e Letramento, enfim será discutido a respeito da BNCC e a Alfabetização até o segundo ano do Ensino Fundamental.

Por fim, construir-se-á a discussão e os resultados obtidos através do trabalho realizado, almejando encontrar respostas válidas sobre a temática investigada, desejamos que esse trabalho possa contribuir para que novas pesquisas sejam realizadas, e que todo fundamento elaborados e discutidos sirvam de embasamento para que outras investigações sejam realizadas.

3 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O termo alfabetização ao decorrer do século foi progressivamente ampliado, ou seja, por muito tempo só era considerado alfabetizado quem dominava a capacidade de saber ler e escrever, ou resumidamente a habilidade de decodificação e codificação. Soares (2003, p.10), aponta que ser considerado alfabetizado vai mais além desse conceito de dominar a primeira letra, “mas aquele que sabe usar a leitura e a escrita para exercer uma prática social em que a escrita é necessária.” A esse respeito assim enfatiza Soares (1991), quando explana sobre a ampliação do termo alfabetização proposto pelos censos:

Até os anos 40 do século passado, os questionários do censo indagavam, simplesmente, se a pessoa sabia ler e escrever, servindo, como comprovação da resposta afirmativa ou negativa, a capacidade de assinatura do próprio nome. A partir dos anos 50 e até o último censo, os questionários passaram a indagar se a pessoa era capaz de “ler e escrever um bilhete simples”, o que já evidencia uma ampliação do conceito de alfabetização. Já não se considera alfabetizado aquele que apenas declara saber ler e escrever, genericamente, mas aquele que sabe usar a leitura e a escrita para exercer uma prática social em que a escrita é necessária (SOARES, 1991, p.10).

Em outras palavras, a alfabetização pode ser entendida como um processo, por meio do qual o sujeito, utilizando da língua escrita, adquire seu conhecimento com a assistência de outro indivíduo. “Entende-se alfabetização como o processo de apropriação do sistema alfabético de escrita e letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita” (PRÓ-LETRAMENTO, fascículo 5, 2008, p. 12).

A aprendizagem inicial da língua escrita de acordo com Magda Soares envolve dois processos que chamamos Alfabetização e Letramento. Evidenciamos Freire (1989), quando afirma que:

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. Isso faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com os quais possa se alfabetizar (FREIRE, 1989, p. 72).

Sendo assim, a alfabetização pode ser caracterizada como um processo formal que se inicia antes da chegada das crianças ao espaço escolar, quando a criança nasce passa a ser inserida no mundo simbólico. Segundo (FERREIRO, 1987, p.17) “As crianças chegam à escola sabendo várias coisas sobre a língua. É preciso avaliá-las para determinar estratégias para sua alfabetização.” Portanto, sua inserção na escola possibilita que os processos de alfabetização e letramento sejam apreendidos simultaneamente, tendo em vista que é a escola a instituição responsável por promover um aprendizado integral, é por meio dessa inserção que a criança vai aprender a fazer uso desse código escrito onde desenvolverá habilidades que a ajudarão a se expressar, utilizando não só o sistema alfabético mais também o uso da língua oral para se posicionar nas práticas sociais diversas.

O Letramento e Alfabetização são processos que se cruzam e devem ser trabalhados ao mesmo tempo, apesar de terem significados diferentes, em suas

palavras, Magda Soares (2003), define Alfabetização como processo pelo qual se adquire uma tecnologia, escrita alfabética e as habilidades de utilizá-las para ler e para escrever, enquanto o letramento relaciona-se ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita nas práticas sociais. A criança antes de dominar as habilidades da leitura e escrita, ou seja, antes de se alfabetizar, consegue ter apropriação do mundo no qual está inserido, consegue dar significados às coisas, desse modo, a escola deve promover para que esse desenvolvimento seja aprimorado, estimulando e oferecendo situações educativas interessantes e de aprendizado constante, assim afirma Almeida (2010):

O verdadeiro papel da escola, que é alfabetizar dando ao aluno a possibilidade de descobrir o mundo em que está inserido, e do qual é parte Primordial, tendo em mente que desse mundo que deverão sair todos saberes e é a ele que esses mesmos saberes retornarão reelaborados. É, portanto, em mundo assim vivo, dinâmico, que devemos trazer para as nossas atividades de alfabetização (ALMEIDA, 2010, p. 6).

Diante o exposto, é evidente que o educador deve ser bem preparado para desenvolver estratégias de ensino eficazes e assertiva, proporcionando assim um bom desempenho do alunos. Na incorporação da prática educativa a criança deve estar no centro do processo, possibilitando o pleno avanço do linguajar e da escrita, garantindo uma boa formação.

O professor alfabetizador deve estar sempre disponível para aguçar a sensibilidade e a atenção das crianças para o material de fato relevante e preparar a situação em que elas possam participar ativamente desse trabalho de construção de hipóteses (ALMEIDA, 2010, p. 206).

Desse modo, quando se há uma preparação dos professores, em especial na formação continuada na área da alfabetização, a criança consegue ter seu desenvolvimento mais aguçado, pois o educador mediará sua aprendizagem favorecendo atividades que permitam a autonomia do aluno.

3.1 O surgimento da educação e os primeiros processos de alfabetização

A alfabetização é um campo onde durante muito tempo houveram discussões que abordaram sobre os métodos e as práticas de ensino da leitura e da escrita especialmente no Brasil. Os primeiros vestígios que marcam a educação formal como hoje conhecemos, surge em meados dos anos de 1549, durante o período Jesuítas, a história aponta que o processo de alfabetização no Brasil, surge com a chegada da Companhia de Jesus, vinda de Portugal trazida por Inácio de Loyola. A alfabetização neste momento ocorria através do híbrido entre catequização dos índios e trabalho de ensinar a ler e escrever, nas famosas casas do Bê-á-bá, construções feitas pelos primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil, nas capitanias.

Conforme pontua Menardi (2010):

Estas casas, ou residências ou ainda recolhimentos, recebiam os meninos índios para serem catequizados e instruídos e se destinavam também a abrigar os padres aqui na colônia, bem como os órfãos vindos de Portugal e os da terra, a fim de lhes dar assistência e formação religiosa (MENARDI, 2010, p. 159).

Foi por meio da instalação das casas de Bê-á-bá que surgiram as primeiras instituições de ensino, os então chamados colégios, instalados no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Costa e Menezes (2009), em sua obra intitulada *a Educação no Brasil Colonial* ((1549-1759), afirma que somente no século XVI e apenas nos territórios portugueses os jesuítas fundaram 30 colégios; já no mundo todo existiam 144 colégios em 1579, e 669 em 1749. Estes colégios eram destinados para a formação dos sacerdotes jesuítas, onde aconteciam os processos de catequização e educação como ferramenta de propagação da religião. Os padres jesuítas tinham seu modelo de educação baseado principalmente na moral e nos valores religiosos. Posteriormente, os jesuítas tornaram-se responsáveis por promover uma educação formal, no Brasil Colônia, destinado aos filhos dos colonos.

Cardoso (2004), assim explica sobre o período jesuítico:

O período compreendido entre meados do século XVI (1549) e meados do século XVIII (1759) é conhecido como período "jesuítico", uma vez que o ensino ficava ao encargo da Companhia de Jesus, instituição religiosa que ministrava um ensino básico nas "escolas de ler, escrever e contar", como eram denominadas então as escolas do ensino fundamental (CARDOSO, 2004, p. 179).

A missão dos padres jesuítas estavam voltadas para a catequização e trabalho educativo, com a intenção de pregar a doutrina católica aos povos indígenas, os jesuítas perceberam que só seria possível a convenção dos índios à fé católica se eles aprendessem a ler e escrever, diante disso surge o interesse em alfabetizar os povos indígenas na língua portuguesa. Ribeiro (1993) relata que a educação no período colonial, era uma necessidade dos colonizadores para tornar os índios mais dóceis, os jesuítas também foram os responsáveis por promover uma educação formal, no Brasil Colonial, aos filhos dos colonizadores. Com todo esse processo de supostos avanços na educação, os jesuítas construíram a primeira escola de Ler e Escrever, em 1549, no Brasil, um sistema de ensino que gradativamente espalhou-se por todo território Brasileiro.

Consequente, com a chegada da família real ao território brasileiro em 1808, foi desencadeada uma série de transformações em especial no sistema educacional da colônia a educação da época teve que ser reestruturada, de modo que apresentasse novas estruturas educacionais para atender aos filhos da família real. O período imperial (1822-1889), estava marcado por grandes descasos relacionados a educação, o sistema de ensino ficou à deriva, com a expulsão dos jesuítas, necessitando de umas novas instalações educacionais.

Foi no período Imperial que surgiu a primeira constituição brasileira concedida por Pedro I, em março de 1824, que firmava a responsabilidade do império em assegurar "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos". Porém, mesmo com a aprovação da constituição, não existiam diretrizes voltadas para a educação. Desse modo, como existia no primeiro império uma série de problemas educacionais imensa a ser ultrapassada no Brasil, uma das primeiras iniciativas foi promover que a educação no país se tornasse uma ordem jurídica. Logo, em 15 de outubro de 1827 surge a lei que regula a instrução pública primária no Império.

Apesar dos esforços do império, a educação permaneceu sem organização e regimento nessa época história, mesmo assim, começaram a surgir algumas instituições, inclusive escolas privadas que ofertava o ensino primário aqueles que tinham condições financeiras para pagar pelo serviço, porém a maior parte da sociedade ficava à deriva, sem chance de serem alfabetizados ocasionando uma onda

de exclusão e desigualdades sociais, podemos concluir que a alfabetização nessa época era um privilégio de quem tinha poder aquisitivo. Silva e Souza (2011) ressaltam sobre esse período que:

O Governo Imperial favoreceu a construção de espaços de cultura e saber nas diversas regiões, possibilitando o acesso às instituições, com destaque para a educação profissional com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1827, as Academias de Medicina e Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro em 1832, bem como o surgimento de algumas escolas a exemplo do Liceu Imperial no ano de 1838, em São Paulo, o Colégio D. Pedro II, a Escola Normal de Niterói que expandiu-se para outras localidades do Brasil (SILVA; SOUZA, 2011, p. 70).

Com a proclamação da república ocorrida em 15 de novembro de 1889, o Brasil passa a ser então regido por presidentes, e a partir daí começam a surgir mudanças no sistema de ensino. “A educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade” (MORTATTI, 2019, p. 29). A instituição escolar passou a ser um lugar de preparação dos novos sujeitos, pois, o país necessitava que os indivíduos dominassem a leitura e a escrita para assim poder ingressar no mercado de trabalho que surgiram, sendo assim, a alfabetização passou a ser causa de inquietação com o surgimento da Revolução Industrial.

Mortatti (2019), afirma que a leitura e a escrita passaram a ser princípios da escola obrigatória, laica e gratuita, além de se tornarem instrumentos priorizados para a aquisição do saber. Sobre esta afirmativa assim pontua Mortatti (2010):

Proclamação da República Brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo (MORTATTI, 2010, p. 330).

Sendo assim, com a constituição de 1988, a educação básica passa a ser garantida por entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Municípios), como consta em seu artigo 211. Apesar do regime militar ter sido um período marcante na história brasileira por ter ocasionado perseguição e torturas de educadores por parte do governo militar, A educação tinha como princípios formar para o trabalho, sendo assim, os militares modificaram os sistemas educacionais em centros que serviam para formação para o trabalho, as mudanças ocorridas no campo educacional eram voltadas para os interesses políticos e econômicos do país.

O período entre 1964 a 1985 foi um dos mais significativos e transformadores da história educacional do Brasil. Uma época marcada pela intervenção militar, pela burocratização do ensino público, por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia dos educadores e educandos, reprimindo à força qualquer movimento que se caracterizasse barreira para o pleno desenvolvimento dos ideais do regime político vigente, conduzindo o sistema de instrução brasileiro a uma submissão até o momento inigualável (ASSIS, 2005, p. 65).

Segundo Silva (2011), durante a década de 1964 a 1985 surgiu a decisão de uniformizar a educação, especialmente com o surgimento da “Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus em 1971” (SILVA, 2011, p.67). Nessa época, o movimento de Cultura Popular (MCP) assim como o Centro Popular de Cultura (CPC), foram banidos, pois o mesmo não concordavam com as mudanças

impostas pelo governo militar, diante as repressões e perseguições esses projetos que visam despertar uma ação de conscientização social e política nas classes trabalhadoras em relação a realidade daquele momento. Um novo documento de alfabetização foi elaborado de modo que fosse de acordo com as regras estabelecidas pelo governo militar, então surge em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que propunha alfabetizar jovens e adultos e tinha por objetivo acabar com o analfabetismo no país.

3.2 A Alfabetização e seus marcos legais

A alfabetização é um campo marcado por histórias de processos e retrocessos que durante muito tempo houveram discussões sobre os métodos e as práticas de ensino da leitura e da escrita. Ao decorrer desse percurso histórico foram sendo criados documentos, assim como programas, que visam sobretudo certificar a educação como instrumento social para formação e emancipação de todos os sujeitos, devendo ser garantida a todas as crianças e adolescentes de forma gratuita e continuada. Por tanto, em decorrência das mudanças trazidas durante estes vários anos no âmbito da educação, chegou-se a ideia de que a educação é para todos e que o desafio cotidiano é trabalhar conteúdos e conhecimentos que fazem sentido tanto para a criança quanto para o professor. O forte desejo de conhecer algo novo, move e incentiva a criança em busca de conhecimentos que despertam algo novo nela.

Somente com a proclamação da república em 15 de novembro 1889, que a educação ganhou visibilidade, cenário marcado por grandes mudanças, principalmente no sistema educativo, as práticas de leitura e escrita passaram a ser consideradas habilidades essenciais, pois eram vistas como uma maneira de formar o indivíduo para o desenvolvimento do país, e o domínio dessas práticas colocaria o país em um status de dignidade, onde a valorização patriótica era mais importante. A esse respeito:

Somente nas décadas anteriores à Proclamação da República Brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo (MORTATTI, 2010, p. 330).

A partir da Constituição Federal (1988) se constrói um campo onde finalmente a criança passa a ser tratada como um sujeito de direito, trazendo novas discussões e abrindo espaço para a valorização e a garantia do acesso à educação no Brasil, como direito fundamental. Este importante documento foi marco para a educação e defesa das crianças brasileiras.

O artigo 205, diz mais amplamente, sobre educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 205, 1988).

Com a promulgação da constituição em 5 de outubro de 1988, foi garantido princípios relevantes, como exemplo, a educação básica gratuita e obrigatória, esta carta garantiu o direito de acesso à escola a todos os brasileiros. Em seu artigo 206

específica o modo como o ensino será ministrado: "com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber". (BRASIL, Art. 206, 1988).

Com a retomada da democracia no nosso país, em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, contempla-nos o que há de mais avançado na normativa internacional, no que diz respeito aos direitos da população infanto-juvenil e que vem garantindo também no Art. 53 o direito à educação, assegurando que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96, art. 29) também garante o direito da criança à Educação Infantil, desde o seu nascimento até 5 anos de idade, para o seu desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. No que tange a alfabetização, a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 4º inciso XI, Dispõe: "alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos" (BRASIL, Art. 4, 1996).

O outro programa criado com o intuito de elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, que marca o percurso sobre alfabetização é a Política Nacional de Alfabetização-PNA, estabelecido pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, o referido programa tem finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização, combatendo o analfabetismo em todo o território brasileiro, elevando assim os processos de alfabetização no Brasil. O artigo 4º enfatiza os objetivos propostos pelo programa são eles: promover a cidadania por meio da alfabetização e elevar a qualidade do ensino e aprendizagem.

É evidente que o governo tem vários modelos educacionais, dos quais buscam minimizar o índice de analfabetismo, além da educação de baixa qualidade. A importância de se ter o domínio da língua oral e escrita está descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.15), "o domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois, é por meio dela que o homem se comunica[...]. A Lei 13.005, de 2014, implementa o Plano Nacional de Educação. Cujos documentos determina 20 metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas referentes à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2014c). Todos esses documentos legais visam romper com o histórico de segregação e exclusão, colocando os direitos das crianças em evidências.

Perante o exposto, para melhorar a alfabetização e a educação foram surgindo alguns programas, que tem como objetivo central estimular o interesse pela leitura e da escrita, contribuindo assim, para a aprendizagem da linguagem oral. Dentre os programas podemos citar o projeto intitulado "Leia com uma criança", organizado pelo Itaú social, que desde 2010 realiza a distribuição de livros de forma gratuita para crianças. Os livros são solicitados por órgãos públicos, para crianças que estejam matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental das redes municipais de ensino, e também por instituições privadas sem fins lucrativos, para crianças que são atendidas pelas instituições de 0 a 12 anos de idade. O referido projeto busca estimular a leitura, promovendo a interação de crianças e adultos, possibilitando o desenvolvimento da imaginação, criatividade, e ampliação do vocabulário.

Em dezembro de 2019 surge uma campanha que busca resgatar o hábito da leitura no seio familiar, é o programa *Conta Pra Mim*, lançado pelo Ministério da Educação, estabelecido pela portaria MEC nº 421, de 23 de abril de 2020, destinados às famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade

socioeconômica, o *Conta pra Mim* incentiva a Literacia Familiar, colaborando para uma aprendizagem mais afetuosa e interessantes para as crianças.

Além dos programas supracitados, surge o programa Tempo de Aprender, instituído pela portaria N° 280, de 19 de fevereiro de 2020 lançado pelo Ministério da Educação (MEC), dirigido às crianças que estão na pré-escola e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. O referido programa tem o objetivo de apoiar, aperfeiçoar e valorizar a formação de professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º anos do ensino fundamental. O programa conta com a participação de assistentes de alfabetização voluntários, que auxiliaram os professores em sala de aula. Outro programa criado com o intuito de elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, é a Política Nacional de Alfabetização-PNA, instituída pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, suma, todos esses programas oferecem às crianças condições para que desde cedo se tornem bons leitores e alunos bem-sucedidos.

4 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A leitura e a escrita são práticas essenciais no cotidiano de todos sujeitos, podendo ser encontrada no âmbito educacional e social. Durante os primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental, almeja-se que todos os educandos tenham domínio dessas habilidades, pois o desenvolvimento da escrita e leitura são elementos indispensáveis para se ter um bom desempenho escolar, e também, para a participação no mundo letrado. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) diz que a língua é:

Um sistema de signos histórico e social, que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL,1997, p. 22).

A construção da escrita se dá através de um longo processo construtivo, no qual se deve pensar sobre a aprendizagem, levando em consideração que a criança aprende cada vez mais quando é estimulada a pensar, e seu primeiro contato se dá ao aprender a fazer seu próprio nome.

Diante disso, os PCN da Língua Portuguesa ressalvam:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões sobre o mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL,1997, p. 21).

Desse modo, a aprendizagem se dá nas ações das crianças sobre o mundo, na relação que elas estabelecem com os objetos e com o meio. Sobre estes aspectos afirma Rego (2007): “a alfabetização dar-se-ia através de uma profunda imersão das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita, descartando-se qualquer tipo de atividade didática que não estivesse vinculada a essas práticas”

A leitura é então definida por Freire (2006) como:

O ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade (FREIRE, 2006, p. 22).

Sendo a alfabetização uma parte essencial no Ensino Fundamental anos Iniciais, é importante que a criança consiga desenvolver-se e aprender nesse período, passando a ter a compreensão referente a demanda da língua e sua relação com a oralidade e escrita, visto que as práticas da leitura e da escrita não o ajudará somente no ambiente escolar, mais ao longo da sua vida, quanto mais cedo aprenderem mais facilidade terão em ler e escrever adequadamente. Em concordância com Tfouni (2010, p. 11): “A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita e as chamadas práticas de linguagem.” Podemos dizer que para a sociedade moderna, a apropriação da escrita e leitura se configuram como componentes indispensável.

Conforme salienta Mortatti (2010):

Alfabetização escolar é entendida como um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização da criança - é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão (MORTATTI, 2010, p. 329).

4.1 Psicogênese da Língua Escrita

Emília Ferreiro, juntamente com Ana Teberosky revolucionaram os conhecimentos referente aos conceitos que se tinha sobre a alfabetização, quando publicam em 1985 no Brasil, além de pesquisas um livro chamado Psicogênese da Língua Escrita.

A referida pesquisa aborda sobre o aprendizado da escrita, baseado no construtivismo do psicólogo Jean Piaget, e foi desenvolvida pela autora com crianças e retratado o processo por meio do qual a escrita se compõe como instrumento de conhecimento pelo sujeito, buscando desvendar como a criança aprende e escreve. Assim como a psicogênese da Língua Escrita considera que a criança passa por estágios para adquirir a escrita, o construtivismo também considera que a criança passa por estágios para se adquirir e construir o conhecimento.

O construtivismo junto com a teoria da Psicogênese da Língua Escrita buscou contribuir para a melhoria da alfabetização. Machado *et. al.* (2016), assim diz sobre a relevância das contribuições do construtivismo para a alfabetização:

Emília Ferreiro estudou e trabalhou com Piaget, concentrando o foco nos mecanismos congênitos relacionados à leitura e a escrita, por isso tornou-se uma espécie de referência para a alfabetização e seu nome passou a estar relacionado ao construtivismo, suas descobertas levaram à conclusão de que as crianças têm um papel ativo no aprendizado. Elas constroem o próprio conhecimento daí a palavra construtivismo e os resultados de suas pesquisas também contribuíram para desmistificar alguns mitos ainda muito presente em algumas escolas tradicionais onde a escrita da criança, por exemplo, não é o resultado de uma simples cópia de um modelo externo, mas é um processo de contribuição pessoa e contínuo (MACHADO *et. al.*, 2016, p. 2).

O construtivismo junto com a teoria da Psicogênese da Língua Escrita foi introduzido no Brasil há mais de 20 anos, afim de contribuir para a melhoria da alfabetização e que foi adotado pelos mais importantes sistemas públicos de ensino, onde o mesmo vem abalando crenças e os fundamentos que regem a alfabetização tradicional mudando assim, drasticamente a linha de ensino das escolas e levando os professores a grandes conflitos metodológicos. Assim ressalta ferreiro (1993):

[...] o ensino neste período continua apegado às práticas mais envelhecidas na escola tradicional, aquelas que supõem que só se aprende algo através da repetição, da memorização, da cópia reiterada de modelos, da mecanização (FERREIRO, 1993, p. 22).

Segundo esses estudos a compreensão do sistema da escrita não se limitava apenas ao domínio da codificação e de decodificação, ou seja, aos grafemas e fonemas, mas trata-se de um processo dinâmico que concebia a criança como protagonista do próprio aprendizado, podendo estas recriar e construir hipóteses atribuindo significados a escrita, além de entender o seu funcionamento com base nas interlocuções reais. Soares (2003) diz que a psicogênese se tornou necessária quando:

Alterou profundamente a concepção do processo de construção da representação da língua escrita, pela criança, que deixa de ser considerada como dependente de estímulos externos para aprender o sistema de escrita concepção presente nos métodos de alfabetização até então em uso, hoje designados “tradicionais” e passa a sujeito ativo capaz de progressivamente (re)construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita, em seus usos e práticas sociais (SOARES, 2003, p. 10-11).

De forma geral, a Psicogênese da Língua Escrita é muito mais do que somente a aquisição de códigos, mas sim, de se ter o significado através de sucessivas tentativas de escrita, na busca da compreensão e da associação de tal língua a sua vivência (FERREIRO, 2000), descreve a maneira com que o aprendiz se apropria dos conceitos e habilidades de ler e escrever, ou seja, todo esse percurso linguístico é semelhante ao processo em que a humanidade seguiu para chegar aos sistemas alfabéticos. Bittencourt (2017), afirma que os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) provocaram mudanças relevante na alfabetização no Brasil dentre essas mudanças, destaca a visão do educador em perceber a crianças como ser capaz de apreender, possuidora de ideias específicas sobre a escrita, que constrói suas hipóteses com base na idealização mental.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1985), a escrita se apresenta como um conjunto de habilidades adquiridas no campo linguístico. Para que isso aconteça, é necessário relacionar as unidades de sons de fala aos símbolos gráficos, para complementar, é preciso ter a habilidade de expressar ideias sabendo organizá-las na língua escrita. A escrita é a habilidade do sujeito em transcrever a fala, obedecendo a uma série de características discursivas específicas, pois, falamos de um jeito e escrevemos de outro. Enquanto a Linguagem é a maneira que utilizamos para comunicação das nossas idealizações, com base no Dicionário Houaiss (2001, p. 1.763), Linguagem é definida como “qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimento através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.

Segundo a psicogênese da Língua Escrita quando o sujeito está iniciando o processo de apropriação de aprendizagem da língua escrita, ele passa por cinco 04

níveis conceituais da escrita são eles: Nível Pré-silábico, Nível Silábico, Nível silábico-alfabético e o Nível alfabética. Emília Ferreira (2008) expõe:

A construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta à interação social, na escola ou fora dela. No processo, a criança passa por etapas, com avanços e recuos, até se apossar do código linguístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável. Duas das consequências mais importantes do construtivismo para a prática de sala de aula são respeitar a evolução de cada criança e compreender que um desempenho mais vagaroso não significa que ela seja menos inteligente ou dedicada do que as demais. (FERREIRO,2008, p. 185).

Toda essa construção é um processo dinâmico, que vai ser aprendido aos poucos variando de criança para crianças. Os estudos referentes aos níveis da escrita demonstram que cada criança possui sua forma de compreensão e aprendizagem da língua escrita, cada uma tem seu próprio ritmo de aprendizado.

Quando se fala em nível pré-silábico, Cocco & Hailer (1996), diz que “ neste nível a criança não tem correspondência com o som”. A criança pensa que pode escrever através de desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos; não consegue entender a escrita presente no papel que simboliza os sons da fala. Mas, com o avanço, entende-se que a palavra escrita representa não diretamente o objeto, mas o nome dele. de forma geral o aprendiz não conhece totalmente o alfabeto, todavia entende que a escrita serve para representar o que se diz, utilizando o desenhos e rabiscos para se expressar. Quando o aprendiz aprende as letras do seu próprio nome, ele consegue perceber que elas diferem dos desenhos, e ainda é neste nível que após tomar consciência de que se escreve com letras e o aprendiz tenderá a grafar palavras, após compreender que a palavra tem determinada quantidade de letras, o sujeito passará para o nível silábico da escrita. Cruz e Fontana (1996) assim pronuncia sobre o nível pré-silábico:

Nessa fase a escrita constitui um sistema independente, mas relacionado ao desenho. Embora as crianças distingam texto de desenho, elas consideram que não podem ler um texto sem imagens, porque, nesse caso, faltam elementos para poder interpretar as letras, e, ao escrever procuram associar escrita e desenho (CRUZ; FONTANA,1996, p. 191).

Nesta fase a criança tende a representar um objeto, animal ou pessoa pelo seu tamanho, quanto maior for um objeto maior será a quantidade de letras que ela utiliza para representar. Assim citam Lopes, Abreu, Mattos (2010):

Outra característica observada é que a criança acredita que os nomes de pessoas (realismo nominal), animais e coisas têm relação com o seu tamanho, peso ou idade. As pessoas, animais ou objetos grandes devem ter nomes grandes. Por conseguinte, as coisas pequenas terão nomes pequenos (LOPES; ABREU; MATTOS, 2010, p. 9).

O nível Silábico é marcado por grandes avanços no desenvolvimento da criança, ela começa a desvincular a escrita dos desenhos e os números das letras; percebe que as palavras são divididas em quantidades de sílabas, na sua hipótese de escrita utiliza uma letra para representar cada sílaba, ou seja, a escrita representa partes sonoras da fala, aqui já entende que existe relação das letras e o que é dito. A palavra “BONECA”, por exemplo, pode ser escrita como “OEA/BNC”.

Está caracterizada pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. Nesta tentativa, a criança passa por um maior período de importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba (FERREIRO E TEBEROSKY, 1985, p. 192).

O nível silábico-alfabético representa a transição da criança entre o nível silábico e o nível alfabético. Aqui descobre-se que ao se escrever está usando as letras do alfabeto, e essas letras representam um som da fala, sendo necessário uni-las para então se formar sílabas de palavras. Nesta fase o valor sonoro é indispensável. A Palavra Hipopótamos, por exemplo, é escrita assim: POPOTMO e não mais IOOAO (escrita silábica).

A criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá mais além da sílaba pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafia[...]e o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termo de hipóteses silábica (FERREIRO E TEBEROSKY, 1985, p. 196).

De acordo com Leão (201, p. 36) o nível alfabético, “constata-se a estruturação dos vários elementos que compõem os sistemas da escrita e a criança começa a diferenciar algumas unidades linguísticas como letras, sílabas, frases”. As crianças são capazes de ler e exprimir graficamente aquilo que reflete ou fala, escreve foneticamente estabelecendo concordância entre os sons e as letras, além de ter domínio do valor sonoro de todas as letras, mas ainda não possuem domínio das regras ortográficas. Conforme Ferreiro e Teberosky (1985):

A escrita alfabética constitui o final desta evolução. Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”, compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. Isso não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas. A partir desse momento, a criança se confrontará com as dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas de escrita, no sentido restrito (FERREIRO E TEBEROSKY, 1985, p.21).

Assim como Emília ferreiro destaca os níveis de escrita que as crianças desenvolvem até atingir o domínio completo da escrita, outros psicólogos educadores e filósofos exploraram acerca da aprendizagem infantil enfatizando estágios de desenvolvimento alcançados pelas crianças no seu processo de desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim é necessário considerar o que o psicólogo Jean Piaget aborda ao dizer que as crianças passam por estágios de desenvolvimentos, levando em consideração que “a criança é um participante ativo no desenvolvimento de conhecimento, construindo seu próprio entendimento” (BEE, 2011, p. 167).

4.2 Alfabetização e Letramento: desafios e possibilidades

No campo educacional brasileiro a alfabetização tem sido tema de debates, tanto por se tratar de uma questão de extrema importância, como por estar relacionada a dificuldades encontradas para se alfabetizar. Sendo assim, observa-se

a necessidade de distinguir o conceito de letramento e alfabetizados elaborados por diferentes autores que estudaram sobre a temática. Para além do conceito de alfabetização, surge no Brasil em meados da década de 1980, o termo Letramento, da língua Inglesa *literacy*. De acordo com Justo e Rubio (2013, p. 02), o letramento: "surgiu da palavra inglesa *literacy*, (letrado) ", pois além de ler e escrever é necessário utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais.

O letramento não estar limitado apenas à aquisição das letras e dos símbolos, mas, associado a habilidade do sujeito utilizar a linguagem nas diversas práticas sociais na sociedade, interpretando e compreendendo o que ler ou escreve.

Estando intimamente ligado com alfabetização, o que difere um termo do outro, é que o letramento está voltado para os aspectos sócias da língua escrita, entender as palavras, seus significados em uso na sociedade. A autora Magda Soares (2000, p. 66) conceitua o letramento como "um fenômeno cultural, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita".

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES,1998, p. 47).

Brotto (2008, p. 2) afirma que ser letrado "é saber empregar nas diferentes situações sociais, cotidianas ou não, a leitura e/ou a escrita, de modo a participar ativamente dessas práticas". Sendo assim, para que um indivíduo seja totalmente alfabetizado, ele necessita dominar não só as atividades de decodificação das palavras e letras, precisa também emprega a leitura e/ou a escrita na sua realidade social, interpretando o que escreve e ler conseguindo relacionar com as atividades que desenvolvem no cotidiano.

Almeida (2010, p. 205) relata que o letramento "designa na ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita, inicia se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais.

Magda Soares (2012, p.18), menciona que o "Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita", em linhas gerais o letramento pode ser entendido como a habilidade de usar socialmente a leitura e escrita para responder apropriadamente as demandas sociais.

No que tange a alfabetização, a autora Magda Soares diz que a alfabetização é caracterizada ao "[...] domínio da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita e das relações fonema/grafema, do uso dos instrumentos com os quais se escreve" (SOARES, 2004, p. 16). A alfabetização representa o sistema de representação dos sons e da fala em riscos, processo pela qual o sujeito adquire domínio do sistema de escrita alfabético. Para Oliveira (2002, p. 25), "alfabetizar significa saber identificar sons e letras, ler o que está escrito, escrever o que foi lido ou falado e compreender o sentido do que foi lido e escrito".

Enquanto "o letramento focaliza o aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade" (TFOUNI, 1995, p. 20), a alfabetização é denominada por:

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-

se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (RIBEIRO, 2003, p. 91).

Conforme apresenta Soares sobre alfabetização em (2017, p. 20): “[...] não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”. Logo, o fato de saber ler e escrever não se limita apenas ao conhecer das letras, o sujeito além de dominar o sistema alfabético, precisa compreender seu uso social usando esses conhecimentos para se expressar, comunicar etc.

4.3 BNCC e a Alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental

A Base Nacional Comum Curricular é uma proposta curricular voltada para todas as escolas públicas e privadas dos estados e municípios brasileiros, que tem como objetivo central nortear os currículos dessas instituições de educação básica com o propósito de assegurar a todos os estudantes o direito de aprender, promovendo o acesso à formação integral. De acordo com o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 7).

A Base Nacional foi sancionada em 20 de dezembro de 2017, daí então, passou a ser a norteadora dos currículos na educação no Brasil, determinando o que é necessário para cada nível de ensino, além de definir os conhecimentos, competências, e aprendizagens que deverão ser ministrados nas instituições públicas e privadas, destinada a todas as três etapas da educação escolar, conforme, a lei de Diretrizes e Base da Educação Lei nº 9.394/96, em seu artigo 26, consta que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, Art. 26, 1996).

O referido documento está alinhado a princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2017), além disso, a Base Nacional Comum Curricular almeja que o desenvolvimento dos alunos, sejam desenvolvidos por meio de competências e habilidades que contribuam para o pleno desenvolvimento e direito das aprendizagens. No Ensino Fundamental I - anos iniciais e no Ensino Fundamental II - anos finais, a base estabelece as disciplinas que deve ser inserida no currículo de cada ciclo, além das competências. Sendo composta por nove componentes obrigatórios: Língua Portuguesa, Geografia, Língua Inglesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Ciências da Natureza e História.

No recente documento, a Base Nacional Comum Curricular adiantou o processo de alfabetização, nele está determinado que a alfabetização precisa ocorrer

até o segundo ano do Ensino Fundamental - anos iniciais, com intuito de desenvolver no educando a aprendizagem da leitura e escrita, para esse fim, é dever da escola oportunizar o desenvolvimento do sujeito educando.

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize (BRASIL, 2017, p.89).

Na sua proposta, a BNCC sistematiza as competências e habilidades essenciais, destacando que os primeiros anos do Ensino Fundamental tem como ênfase a ação pedagógica, sendo essa voltada para a alfabetização, afim de assegurar oportunidades de apropriação do sistema de escrita alfabética. Em sua apresentação no ponto 4.1.1.1. Língua portuguesa no Ensino Fundamental – anos iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades, a BNCC diz que o no processo de alfabetização é preciso que:

Que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2017).

Posto isso, verificamos o quão complexa é a alfabetização, não é um processo simples onde se possa determinar um espaço de tempo em que ela deve ocorrer. Pelo contrário, existe uma série de conhecimentos que devem ser aprendidos pela criança, o sujeito antes de aprender a falar; ele precisa ter conhecimento que existe uma forma correta de se escrever, de pegar no lápis, compreender que existem diferentes formas de letras, é uma aprendizagem gradativa que existe espera. É de extrema importância que ele compreenda cada um desses passos. A própria Base Nacional Comum Curricular reconhece a complexidade que é o sistema de escrita, assim diz sobre:

Dominar o sistema de escrita do português do Brasil não é uma tarefa tão simples: trata-se de um processo de construção de habilidades e capacidades de análise e de transcodificação linguística. Um dos fatos que frequentemente se esquece é que estamos tratando de uma nova forma ou modo (gráfico) de representar o português do Brasil, ou seja, estamos tratando de uma língua com suas variedades de fala regionais, sociais, com seus alofones, e não de fonemas neutralizados e despidos de sua vida na língua falada local (BRASIL, 2017, p.35).

Em sua apresentação, o documento curricular apresenta os 4 eixos que conduzem o ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, sendo eles: Oralidade, leitura, produção de texto e análise linguística. Diante destes aspectos, notamos que o componente da Língua Portuguesa proposto pela BNCC, tem como foco trabalhar os diversos usos da linguagem, promovendo a participação das crianças na sociedade de modo crítico e inovador.

[...] no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Conhecimentos linguísticos e gramaticais, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades da língua e a aprendizagem de regras e processos gramaticais básicos; no eixo Leitura, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Escrita, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais; no eixo Educação literária, desenvolve-se a formação do aluno para conhecer e apreciar textos literários, orais e escritos, com textos e livros de crescente grau de literariedade (BRASIL, 2017, p. 67).

Analisando cada uma das características desses eixos percebemos que todos estão ancorados em trabalhar nas crianças o incentivo e a prática para conhecer as regras da língua; os eixos apresentados trabalham com ênfase em introduzir frequentemente as crianças as vivências de leitura, para que elas aprendam as regras gramaticais, tenham aproximação com a leitura, estimulem o processo de construção de pequenos textos com variedades de gêneros, desenvolver a leitura por meio da apreciação em textos em diversos formatos.

No decorrer do Ensino Fundamental – anos iniciais, o aprendizado dá-se por meio do conhecimento adquiridos anteriormente e pelos que se originarão, amplificando as experiências. Segundo a BNCC, no momento presente, “Amplia-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social” (BRASIL, 2017, p. 55). Aqui se construirá a etapa escolar mais longa, onde os estudantes irão estudar diversos componentes escolares saindo de um simples, para um mais complexo. Quanto mais cedo o aluno for alfabetizado menos dificuldades apresentará na sua vida escolar e social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados por meio da análise exploratória, permitiram reflexões satisfatórias relacionadas a complexidade do processo de alfabetização e de como a alfabetização está disposta na Base Nacional Comum Curricular (2017).

Ao pensar a alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental – anos iniciais, estamos debatendo um processo complexo, pois representa uma transição, uma nova realidade para a criança. No Ensino Fundamental – anos iniciais o sujeito vai se deparar com novas matérias e esses conteúdos exigirão um pouco mais de dedicação da criança para poder se adaptar ao novo ritmo, com também, dedicação do professor que precisará adequar suas aulas fazendo uso de metodologias diversificadas, principalmente quando se apresentar dificuldades na compreensão dos conteúdos, com o intuito de tornar a aula mais atraente e lúdica; possibilitando a compreensão e desenvolvimento das aprendizagens essenciais para vida escola e social. Ao chegar no Ensino Fundamental I é muito importante que as crianças já tenham um conhecimento prévio do domínio da leitura e escrita; esse trabalho precisa ser iniciado muito antes da chegada das crianças nessa fase, tendo em vista que quando não alcançado acarreta atraso em outros campos de conhecimento, e assim a criança precisara de mais tempo para aprender.

Alfabetizar é uma tarefa árdua exige comprometimento e especialização do educador. Ao falarmos em alfabetização precisamos pensar primeiramente no

processo de ensino aprendizagem, tendo em mente que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem, precisamos considerar a criança como ser social, cultural e que vivem em condições socioeconômicas diferentes.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) em relação ao Ensino Fundamental-anos iniciais, privilegia a alfabetização nos dois primeiros anos, período determinado para que o aluno se aproprie do sistema de escrita alfabética. Porém, precisamos levar em considerações que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e vivem em condições socioeconômica diferentes, além disso, são muitas as dificuldades vivenciadas e encontradas nos espaços escolares. É relevante observarmos que os conteúdos não são aprendidos de formas iguais e nem muito menos em tempos iguais pelas crianças, cada qual tem seu ritmo de aprender.

Em vista disso, o processo de alfabetização também apresenta desafios com relação ao estudante, existem alunos que apresentaram maior dificuldades em compreender a escrita alfabética. Neste processo precisam ser considerados tantos os fatores internos (suas estruturas biológicas e psicológicas), como externos (ambiente social em que vivem os educandos). Uma criança que nasce em um berço onde é apresentada desde cedo ao mundo letrado, onde tem a presença de pais leitores, que ajudem no desenvolvimento de atividades e estimulem o hábito de leitura e desenvolva atividades lúdicas favorecendo a aprendizagem, sendo dúvidas terá mais facilidade de ser alfabetizada muito mais rápido, processo que pode ocorrer antes mesmo da chegada a escola. Paulo Freire assim diz sobre esse processo para ele a “alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sociocultural, política e técnica” (FREIRE, 1996, p. 60).

Por outro lado, nem todas as crianças chegam ao ambiente escolar com esse conhecimento adiantado, muitas das vezes são os professores que terão a grande tarefa de iniciar esse aprendizado, buscando métodos que favoreçam o progresso. Precisamos também nos atentar que nem todos os pais conseguem ajudar nas tarefas escolares, por terem dificuldades na leitura e escrita. A respeito do que foi exposto Valle (2013) assim pontua:

[...] importante salientar que as crianças provenientes de lares com níveis baixos ou nulos de alfabetização não têm acesso a essa informação (a função social da leitura e da escrita), cabendo à escola demonstrá-la por meio de ações intencionais e competentes (VALLE, 2013, p. 121).

Logo, a responsabilidade maior fica sobre o docente que terá que dar início ao processo alfabético a essas crianças, sem esquecer que na sala de aula poderá existir outras especificidades por partes dos alunos, exigindo um desdobramento maior do profissional. A Base enquanto documento normativo é imposta as todas instituições de ensino, na medida que estabelece um determinado tempo para que um sujeito aprenda e na maioria das vezes é como se na sala de aula todos fossem iguais e aprendessem em tempos iguais.

Embora a proposta seja atual e necessária, para diminuir os níveis de desigualdades existentes no que tange o acesso à leitura e escrita das crianças de instituições públicas, sua meta para alcance de um processo até o segundo ano se depara com vários fatores que também precisam serem corrigidos, afim de construir a efetividade na proposta elencada. Assim, faz-se necessário um amplo investimento em políticas sociais que auxiliam na permanência do educando nas escolas, e seu acesso prévio as creches, além da formação continuidade para os docentes que estão na linha de frente, e aporte pedagógico que inclua material didático e outros recursos,

que conduzam todas às escolas atingirem essa meta, que a princípio torna-se complexa dado as problemáticas educacionais existentes, mas que a longo prazo com investimentos eficazes poderá tornar-se real. Ressalta-se também que, o que se propõe como ideal, refere-se a uma meta, e neste sentido o tempo e a subjetividade da criança são fatores essenciais para execução da mesma, não podendo tais fatores serem desconsiderados durante o processo pretendido para alfabetizar.

Portanto, mesmo tendo noção que parte das crianças chegam nas primeiras séries do Fundamental conhecendo as letras alfabeticamente e conseguindo ler palavras em variados contextos, é relevante pensar nos alunos que ainda não tem essa aquisição de conhecimento prévio alcançado devido a fatores, socioculturais.

Desse modo, conclui-se que: embora seja uma meta necessária para recompor as perdas perdidas ao longo dos tempos, no que tange ao processo de alfabetizar, ainda é preciso um grande investimento, para que seja em parte alcançado. Atentando que, por mais que haja todo investimento necessário, a padronização de uma idade própria para alfabetizar se esbarra no fator tempo e subjetividade inerente ao ato educacional, cada criança aprende em seu tempo, embora a meta seja relevante a de se considerar as características particulares de cada educando.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, consideramos que o trabalho de alfabetização é um processo que exige do educador uma atividade de constantes reflexões e inovações. É uma atividade complexa, na medida que não depende apenas de fatores educacionais, mas que envolve questões sociais, econômicas e política, exigindo do educador uma variedade de competências que englobe a diversidade encontrada em sala de aula.

O professor ele não é o único responsável por acabar com o ciclo de analfabetismo escolar, pois o crescimento educativo é instituído e ensinado por diferentes agentes sociais, sendo a família o primeiro deles; se a família enquanto primeira percursora do processo de aprendizagem entendesse a complexidade que é ser professor, procuraria ajudar na educação escolar dos filhos.

Nesse sentido, no estudo realizado observa-se a urgente necessidade de formações contínuas na área da alfabetização, com o intuito de tornar o educador um agente mais capacitado oferecendo ricas contribuições para sua prática docente; a criação de políticas públicas que estejam dispostas a contribuir com a educação de qualidade e para todos, oferecendo materiais pedagógicos suficientes para que o educador possa trabalhar utilizando diversos meios metodológicos.

Quando se fala em alfabetizar até o segundo ano, precisamos pensar em qual sala de aula estamos falando, quais são os sujeitos, quais suas limitações e particularidades, se apresentam algum tipo de deficiência, quais os conhecimentos eles já trazem consigo, para daí sim, pensar em metodologias que se adequem a especificidade de cada um.

Portanto, não é uma meta relativamente fácil de ser alcançada, dado que aprendizagem nem sempre se dará em tempos iguais para todos, apesar de todo o esforço e desdobramento do educador brasileiro depararmos com crianças que ultrapassam as séries finais do Fundamental com domínio insuficiente da leitura e escrita, sem saber utilizar a língua para se comunicar e interpretar acontecimentos sociais. Assim acredita-se que a meta proposta não alcançará efetividade em todo território, porém quanto mais estados e municípios se aproximarem dela, melhor será para o desenvolvimento da educação em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Veridiana. **Alfabetização: Fundamentos, Processos e Métodos**. Curitiba: Editora Fael, 2010.
- ASSIS, L. A. O.. Rupturas e permanências na História da Educação Brasileira: do regime militar à LDB/96. In: I Semana Acadêmica da(o)s Estudantes de História nas Faculdades Jorge Amado, 2005, Salvador. **Revista Eletrônica de História e Educação - PRÁXIS**, 2005. v. IV.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA- **Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 1990.
- BROTTO, I. J. O. **Alfabetização: um tema, muitos sentidos**. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHONOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol. I. Séculos XVI – XVIII**, 2004, p.179-191.
- CÓCCO, M. F; HAILER, M. A. **Didática da alfabetização: decifrar o mundo-alfabetização e socioconstrutivismo**. São Paulo: FTD, 1996.
- FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2004.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto alegre: Artes Médicas, 1985.
- FERREIRO, E. **A interpretação da escrita antes da leitura convencional**. São Paulo: Cortez, 1986.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LOPES, Janine Ramos; ABREU, M. Celeste M.; MATTOS, M. Celia Elias. **Caderno do educador: alfabetização e letramento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MACHADO, Flávia Simone *et. al.* **Emilia Ferreiro e suas contribuições para a alfabetização**. 2016. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_7.pdf?. Acesso em: 28 set. 2022.

MORAIS, Artur Gomes. Alfabetização e Letramento: O que são? como se relacionam? como “alfabetizar letrando”? In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia. **A alfabetização de jovens e adultos numa perspectiva de letramento: Alfabetização e letramento**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, nº 44, maio/agosto, 2010, p. 329-410.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Métodos de alfabetização no Brasil: Uma história concisa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

SILVA, Adailton Soares; SOUZA, Aneilton Oliveira de. Política Educacional no Brasil: do Império à República. Rios Eletrônica – **Revista Científica da FASETE**, v. 5, n. 5, 2011, p. 69-78.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: Caminhos e descaminhos. In: **Revista Pátio-Revista Pedagógica**, 2004, p. 96-100.

SOARES, Magda Becker. BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira em Educação**. Rio de Janeiro, n.25, 2004, p. 5-17.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. A leitura e a escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental: a prática docente a partir da voz dos alunos. **EccoS-Rev. Cient.**, São Paulo, n. 27, jan./abr. 2012, p. 191-209.

TEBEROSKY, Ana, COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TRINCONI, Ana; BERTIN, TEREZINHA; MARCHEZI, Vera. **Língua portuguesa do 5º ano**: Ensino Fundamental. 3.ed. São Paulo: Ática, 2017.

VALLE, Luciana de Luca Dalla. **Metodologia da alfabetização**. Curitiba: Inter Saberes, 2013.

WEISZ, Telma. **As contribuições da psicogênese da língua escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa da alfabetização**. SÃO PAULO: Secretaria da Educação, CENP. Ciclo básico em jornada única: uma nova concepção de trabalho pedagógico. São Paulo: FDE, 1988, v. 1.

AGRADECIMENTOS

Neste momento memorável de conclusão de mais uma etapa de minha história, agradeço primeiramente ao meu **Deus** autor e guia supremo da minha existência, por derramar sobre me as tuas benéficas graças, por me guiar e iluminar meus passos nessa caminhada, concedendo me forças e tranquilidades nos momentos de tristezas e angústias.

À virgem Maria, que nunca me desamparou quando clamei por forças e coragem para continuar.

Ao meu pai, **José Ovídio** (*in memoriam*), que apesar de não estar mais presente neste mundo físico, sei do tamanho do orgulho e alegria que sentiria.

A minha amada mãe **Iraneide Diniz**, que com sua força e bravura sempre cuidou tão bem dos seus filhos, estando ao meu lado em todos os momentos, aconselhando-me e auxiliando em minhas conquistas e falhas. Por toda proteção e cuidado.

Ao Professor Diêgo de Lima Santos Silva, pelas magnificas contribuição na construção deste trabalho acadêmico, gratidão pela paciência e dedicada orientação. Por acreditar na minha capacidade, mesmo quando eu desacreditava, e por ter aceitado ser meu guia acadêmico contribuindo ricamente para essa conquista.

Ao meu querido e ingênuo sobrinho Arthur, por trazer alegria aos meus dias sombrios enchendo minha vida de contentamento.

Aos meus irmãos, familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para essa conquista, e vibraram juntos a me por essa vitória.